



FOLHA VERDE

109

Número 109 | abril de 2021
Distribuição gratuita | www.osverdes.pt

PEV  **PARTIDO ECOLÓGISTA OS VERDES**

15 CONVENÇÃO

Lisboa, 22 e 23 de maio de 2021

EMERGÊNCIA ECOLÓGISTA

RESPOSTAS VERDES



Ecolojovem

Por **Mónica Cabaça**

Os jovens ecologistas, pela mão de Mónica Cabaça, alertam para a gestão dos resíduos e o envolvimento das populações.

#pág. 10

Setúbal

Por **André Martins**

O atual presidente da Assembleia Municipal de Setúbal traça a importância do Poder Local e da ação da CDU em Setúbal.

#pág. 14

O Nosso Tempo

Por **Mariana Silva**

A deputada Ecologista afirma a necessidade de repor a esperança aos Portugueses garantindo a vacinação, contratando os enfermeiros necessários, garantido a testagem em massa.

#pág. 16

Fórum Lisboa - Av. de Roma, 14 - Lisboa



Lisboa, 22 e 23 de maio de 2021

A crise sanitária que estamos a vivenciar, provocada pela CoVid19, veio juntar-se aos já complexos problemas sociais e ambientais do país aumentando em muito o sentimento de instabilidade, insegurança e incerteza face ao futuro.

É neste cenário que Os Verdes convocaram a sua 15ª Convenção, momento privilegiado para debater, propor e participar na construção da estratégia programática do PEV para os próximos anos e para encontrar e aprofundar as Respostas Verdes que temos de dar à EMERGÊNCIA ECOLÓGISTA que hoje nos está colocada.

A Convenção decorrerá nos dias 22 e 23 de maio próximo, no

Fórum Lisboa, de acordo com o plano desenhado pela Direção Geral de Saúde (DGS) para utilização deste espaço, para que se garantam todas as condições de segurança sanitária essenciais para que os trabalhos decorram da melhor forma sem riscos para todos nós.

Por esta razão o número de delegados foi substancialmente reduzido e tomámos a decisão de não serem convidadas entidades institucionais a assistirem aos trabalhos. Foram reduzidos os períodos dos blocos de discussão e eliminadas as pausas para café e momentos de convívio e foi alargado o período de almoço que terá de decorrer fora do edifício.

Mesmo com estas dificuldades acrescidas, este será sem dúvida um dos mais importantes momentos da ecologia Política no nosso país. Todos iremos contribuir para que assim seja.

EMERGÊNCIA ECOLÓGISTA

RESPOSTAS VERDES



Programa da Convenção

22 de maio – sábado

9:30 h - Recepção dos delegados e convidados.

10:30h - Início dos trabalhos e saudação de boas-vindas.
- Eleição das mesas da Convenção e restantes órgãos da Convenção.
- Abertura da Eleição dos Órgãos Nacionais, (em urna e só durante sábado).

11:00h - Intervenção de Abertura.
- Balanço da ação política do PEV, seguido de debate.

13:30h - Pausa para Almoço.

15:30h - Apresentação e debate e votação das Moções sectoriais.

18:30h - Anúncio dos resultados das eleições dos Órgãos Nacionais.
- Suspensão dos trabalhos.

23 de maio – domingo

10:00h - Reinício dos trabalhos.
- Apresentação e debate das Moções de Ação Eco-Política.
- Votação das Moções de Ação Eco-Política.

12:30h - Sessão de encerramento.
- Anúncio da composição dos Órgãos Nacionais do PEV eleitos no dia anterior.
- Intervenção de encerramento.

13:00h - Encerramento da Convenção.

A sessão de abertura e os trabalhos de domingo serão transmitidos em direto pelos nossos canais de youtube e facebook.

Como Chegar à 15.ª Convenção do Partido Ecologista Os Verdes

Fórum Lisboa - Av. de Roma 14, 1000-143 Lisboa

Coordenadas: 38.74380554326 1296, -9.138079302764504



Metro > Linha Verde > estação Roma ou Areeiro

Emergência Ecologista

15 CONVENÇÃO

Lisboa, 22 e 23 de maio de 2021



A entrada neste novo milénio tem deixado por terra muitas das conquistas que tínhamos por garantidas e representado, em muitos aspetos, retrocessos civilizacionais que nos colocam perante grandes desafios. Uma real Emergência Ecologista para a qual temos, em conjunto, de encontrar e definir as respostas verdes necessárias.

A agudização dos conflitos militares e a generalização da guerra permanente estendida por diferentes pontos do globo, as desestabilizações e intervenções bélicas no norte de África e médio oriente, as crises dos refugiados e os dramas da travessia no Mediterrâneo, os ataques terroristas e a proliferação de grupos radicais muitos deles com ligações e financiamentos pouco claros, os crescentes conflitos pelos recursos naturais, tudo isto tem contribuído para um crescente sentimento de incerteza e insegurança um pouco por todo o lado.

O agravamento dos fenómenos climáticos e o aumento dos gases com efeito de estufa GEE, apesar das promessas e sucessos enganadores do protocolo de Quioto, parecem estar num ponto de não retorno. Agora com o Acordo de Paris justificam-se novas oportunidades de negócio intensivo como a descoberta do elétrico e uma exploração cada vez mais agressiva dos recursos naturais e minerais deste nosso planeta. Exploração que se projeta cada vez mais para a conquista do Espaço.



Sem desvalorizar os avanços tecnológicos da exploração da Lua e de Marte, não estamos de modo nenhum a cuidar da nossa casa Terra, quando a perda de biodiversidade e a destruição de habitats e ecossistemas continua a um ritmo assustador.

Também aqui no nosso país, para além das crises do clima e da biodiversidade, as crises sociais, financeiras, económicas e especulativas têm marcado este início de milénio e atingiram-nos de forma deliberadamente avassaladora com intervenções externas que nos amputaram ainda mais a nossa capacidade de resiliência.

Contra tudo e contra todos Portugal experimentou uma solução governativa do pós 25 de abril, nunca antes testada em que uma maioria parlamentar de diferentes formações políticas, condicionou um governo monocolor e conseguiu inverter muitas das políticas e directrizes impostas pelas troikas estrangeiras (FMI, BCE e EC) e portuguesa da altura (PS, PSD e CDS).

Com o papel determinante dos Verdes e do PCP, foi possível recuperar direitos, demonstrar

a importância do Estado, da gestão pública e da proteção dos direitos sociais e laborais assim como a importância de proteger setores chave da nossa economia. São lutas duras e longas que obrigam a um forte dispêndio de energia. Muito ficou por fazer e os poucos avanços que se conseguiram estão novamente em risco, por isso a luta é permanente.

Opções estratégicas de fundo que têm de ser batalhadas. Respostas Verdes que têm de ser construídas para esta complexa Emergência Ecologista que implicam a proteção dos direitos básicos de cada cidadão, o direito à escola, à saúde, à habitação e a um rendimento condigno. O direito à mobilidade com transportes públicos que respondam às necessidades. O direito a uma rede Nacional de Áreas efetivamente protegidas, assente na recuperação das espécies e dos habitats e com gestão pública pela administração central. Respostas que garantam a defesa dos setores produtivos estratégicos que assegurem a soberania alimentar e um equilibrado ordenamento do território que implica a valorização da árvore em meio urbano assim como a rede de corredores verdes que interagem com a rede nacional de áreas protegidas.

Respostas verdes que fortalecem o Poder Local Autárquico como pilar da democracia participativa onde a CDU é força política determinante.



Vamos lá Melhorar a Qualidade do Nosso Ar Interior?



Rogério Cassona

Membro da
Comissão Executiva
do PEV

A contaminação do ar interior por microrganismos, nomeadamente fungos, bactérias e vírus, pode constituir um grave risco para a saúde humana pelo que se impõe controlar a sua qualidade através da realização regular de análises ao ar, assegurando o cumprimento dos requisitos legais que estipulam níveis máximos de contaminação. Na verdade, à luz do conhecimento actual, a qualidade do ar interior depende sobretudo de uma correcta ventilação e da higienização e limpeza dos nossos equipamentos.

A problemática actual criada pela pandemia da Covid-19 acresce a toda uma série de outros problemas já existentes relacionados com a qualidade do ar, aos quais também se impõe dar uma resposta adequada, como é o caso, por exemplo, da conhecida doença do Legionário.

Numa crise pandémica, seja ela viral ou bacteriana, o assegurar da qualidade do ar interior assume particular destaque no combate à crise, chamando também a atenção e sensibilizando as populações para esta problemática. Edifícios onde a concentração de pessoas é mais densa, como é o caso das repartições de serviços públicos em geral, com natural destaque para hospitais e centros de saúde; mas também centros comerciais, restaurantes, lojas de maior dimensão, recintos desportivos fechados ou salas de espetáculos, requerem uma particular atenção, suscitando uma avaliação permanente deste importante parâmetro.



A proliferação de microrganismos no ar interior é potenciada por diversos factores como sejam, por exemplo, a existência de um elevado nível de humidade, de uma ventilação de ar reduzida, da disponibilidade de nutrientes com uma temperatura adequada ao seu desenvolvimento, ou ainda pela existência de sistemas AVAC (aquecimento, ventilação e ar condicionado) que incluam condensação de água ou possuam água.



No entanto, e ainda que no Manual da Qualidade do Ar da Agência Portuguesa do Ambiente se aborde a concentração de partículas ou aerossóis em suspensão no ar, onde se incluem os vírus, isto para além de toda uma variada gama de outras partículas, como por exemplo poeiras, grãos de pólen, bactérias e esporos de fungos; apenas encontramos referência a critérios de conformidade para as bactérias e para os fungos, não se encontrando referência a qualquer critério de conformidade relativamente a vírus.

A inexistência de uma avaliação específica relativa à presença de vírus no ar interior dos nossos edifícios remete-nos para a necessidade de tomar medidas imediatas e adequadas, mas também nos deve remeter para a necessidade de desenvolver um estudo mais aprofundado desta problemática, no sentido de se minimizarem os graves impactos de uma futura pandemia viral.



Assim, uma primeira medida entendida como recomendável, consistirá numa reavaliação por parte das entidades reguladoras sobre as regras aplicáveis à avaliação da qualidade do ar interior, e o seu reajustamento atinente ao conhecimento actual sobre as formas de propagação da doença Covid-19.

Na mesma linha de medidas, será também aconselhável apelar às entidades reguladoras do projeto de edificação de edifícios, no sentido de se reavaliarem as normas de projecto atuais, por forma a que estas contemplem e consubstanciem a temática da qualidade do ar à luz das novas ameaças que representam vírus e bactérias contaminantes.

No entanto, existe todo um conjunto de medidas a tomar no que respeita aos espaços interiores, medidas estas que também nos transmitirão uma desejável sensa-

ção de segurança. Assim, para além da necessidade de se monitorizar, cada vez mais, a qualidade do ar interior; a tomada de outras medidas ou acções simples, como seja proceder à abertura de portas e janelas com alguma regularidade, ainda que por períodos curtos; aumentar, dentro de limites aceitáveis, a recirculação e a renovação do ar; ou ainda inspeccionar regularmente os equipamentos AVAC, contribuirão garantidamente para a desejável melhoria que todos preconizamos.

Em conclusão, se as formigas conseguem obter um elevado desempenho na renovação do ar das suas “habitações”, certamente que também nós, simples humanos, vamos conseguir melhorar bastante o desempenho dos nossos edifícios e atingir níveis de qualidade do ar interior que nos garantam um ambiente desejavelmente cada vez mais seguro e mais saudável..

(por opção do autor, este artigo está escrito de acordo com as regras do antigo acordo ortográfico)

ECOBOLETIM

Boletim Informativo
da **Juventude do Partido Ecologista “Os Verdes”**



Juventude à Convenção!

Nos próximos dias 22 e 23 de maio realiza-se a 15ª Convenção do Partido Ecologista – Os Verdes, momento alto do PEV em que a nova direção é eleita, em que se priorizam temáticas e objetivos, em que se criam planos de organização para o futuro.

Com a pandemia de COVID19, verificou-se que existe um grande caminho a percorrer no nosso mundo de combate às alterações climáticas, em defesa de direitos básicos como o direito à educação, à habitação e à saúde.

Pôs-se, ainda mais, a nu as grandes diferenças económicas e sociais no nosso país e no mundo, tornando urgente a luta por um mundo melhor!

É necessário garantir e reafirmar o projeto ecologista em Portugal, criando condições para o seu crescimento, desenvolvimento e envolvimento nas mais variadas áreas e setores em Portugal.

Assim, mais do que nun-

ca, é necessário que tu participes e te juntes a nós!

É necessário garantir que a ecologia em Portugal tem um futuro! Um futuro jovem e comprometido com a mudança de paradigma, comprometido com a justiça ambiental e social, comprometido com o fim das alterações climáticas, em defesa da biodiversidade, dos ecossistemas e do mundo natural.

Por isso, dia 22 e 23 de maio não faltes! Vem construir um futuro mais verde! Porque para uma Emergência Ecologista, nós temos Respostas Verdes!

Depois de entrar o Gervásio, entra agora o aumento da fatura



Mônica Cabaça

Ecolojovem
- Os Verdes

O chimpanzé Gervásio entrou nas nossas casas para nos ensinar a reciclar há 20 anos. Diziam que “demorou exatamente 1 hora e doze minutos para aprender a separar embalagens usadas”, parecia fácil. Bem sabemos que a dificuldade não está em aprender as cores do ecoponto e as respetivas embalagens mas sim na mudança de hábitos.

20 anos volvidos, além do caminho fazer-se a passo de caracol e com muito pouco investimento e sensibilização, surgem novos tipos de embalagens e padrões de consumo (não necessariamente mais sustentáveis).

Nesta matéria, o início de 2021 seria marcado pela abolição do plástico de utilização única, como cotonetes, palhinhas, “loição” de plástico, mas ainda não será desta, uma vez que o prazo foi adiado devido à pandemia.

A demonização do plástico “tradicional” veio por outro lado criar novos tipos de materiais e consequentemente novas embalagens para recolha seletiva: desde o bambu às embalagens de plástico dito “biodegradável”.

Hoje grande parte do lixo que produzimos vai parar a aterro, apenas 10% é reciclado e objeto de recolha seletiva, não reduzimos o consumo de mais plástico, e as políticas em matérias de resíduos revelaram-se claramente insuficientes. A solução, de acordo com o regime de gestão de resíduos aprovado recentemente, assenta no aumento de taxas de gestão de resíduos, cujo valor será refletido, naturalmente, na fatura da água das famílias.

Parece que a visão ambiental e a rutura nos padrões de produção e consumo não será desta e talvez o macaco Gervásio tenha de voltar para nos ensinar a repensar hábitos e políticas para a seleção de resíduos.





CDU COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA



FUTURO DE CONFIANÇA

trabalho · honestidade · competência

CDU nas Autarquias Locais

Futuro de Confiança

As eleições para as Autarquias Locais irão ter lugar no próximo outubro. Força distintiva e com provas dadas no poder local, a CDU apresenta-se a estas eleições, em todo o país, com um projeto materializado em trabalho e obra, caracterizado pela expressão participada que imprime à sua intervenção e que se concretiza em áreas como: a defesa do serviço público enquanto elemento condutor da gestão autárquica, a valorização dos trabalhadores das autarquias e das suas condições de trabalho, a qualificação do espaço público e da dimensão ambiental que preserva, a defesa da gestão pública da água e dos resíduos, a valorização do património natural e dos recursos locais, a democratização cultural e desportiva e o rigor posto no planeamento e num uso do solo na ótica do interesse público.

A Coligação Democrática Unitária – que reúne o Partido Comunista Português, o Partido Ecologista Os Verdes e a Associação Intervenção Democrática – CDU – PCP-PEV – constitui um amplo espaço de participação unitária e de convergência democrática e agrega milhares de homens e mulheres sem filiação partidária, e é reconhecidamente, a grande força de esquerda do poder local.

O projeto e percurso distintivos inseparáveis do que o Poder Local democrático representa enquanto conquista de Abril, a CDU é trabalho, honestidade e competência.

- Desejo aderir ao **Partido Ecologista Os Verdes**
- Desejo participar em iniciativas de **Os Verdes**
- Desejo receber regularmente a **Folha Verde**

FOLHA VERDE 109

Nome:

Morada:

Código Postal: - -

Contacto Telef.:

E-mail:

Envie-nos este formulário para a sede do PEV: Av. D. Carlos I, n.º 146, 1º Dto. - 1200-651 LISBOA.
Os dados serão sigilosamente processados. Por favor, preencher em letras maiúsculas.



**PARTIDO
ECOLOGISTA
OS VERDES**

Setúbal

Descentralizar dá força à democracia

O Poder Local Democrático foi uma das conquistas do 25 de Abril mais importantes e mais pujantes na transformação da realidade social, económica, cultural e política do nosso País.



André Martins

Presidente da Assembleia Municipal de Setúbal

Dirigente Nacional do PEV

A aproximação do poder, diretamente eleito pelas populações, das realidades locais criou expectativas e capacidades de criar, de construir e mobilizar as potencialidades locais em proveito do bem comum.

Independentemente do colorido dos municípios e das freguesias, de uma maneira geral, estes

têm sido tempos de experiências, criatividade e inovação na procura da melhor forma para granjear o reconhecimento do trabalho e garantir o apoio para o próximo mandato.



E assim se constrói a democracia de proximidade.

Setúbal não é exceção. Nestes quase vinte anos de maioria CDU no executivo municipal a descentralização de meios e competências para as freguesias tem sido um dos fatores de grande relevância na gestão municipal responsável pela maior capacidade realizadora do município e em particular na eficácia da prestação de serviços que justificam maior proximidade.

Dependendo da área e da concentração populacional em cada uma das cinco freguesias que hoje intervêm no território municipal assim são distribuídos meios financeiros, humanos e equipamentos para que as juntas de freguesia possam dar resposta a tarefas como a manutenção de escolas e de espaços verdes, limpeza pública, serviço de cemitérios, toponímia e calçadas de entre outras.

O êxito desta opção de gestão mede-se pela crescente melhoria da qualidade dos serviços prestados à população e pela avaliação positiva que a câmara municipal

e as juntas de freguesia fazem nos relatórios de execução.

Neste mandato que se iniciou em outubro de 2017 e terminará em outubro de 2021 o valor global das transferências tem um valor estimado da ordem dos vinte e um milhões de euros, distribuído anualmente de forma crescente, o que revela o alargar das competências nas freguesias, conforme se pode observar:

Valores transferidos anualmente para as freguesias em euros:

2017 – 3.493.387 €
2018 – 4.017.766 €
2019 – 4.216.263 €
2020 – 4.500.496 €
2021 – 4.863.879 € (valor previsto)

Com estas experiências as juntas de freguesia organizam-se e especializam-se na prestação de serviços de proximidade às populações com maior eficácia, cabendo à câmara municipal, além do apoio e serviços complementares à ação das freguesias, a missão de planear, programar e desenvolver procedimentos de maior complexidade e exigência técnica no lançamento de projetos, obras e ações no âmbito das vastas competências municipais.

Nos últimos anos a câmara municipal desenvolveu um conjunto de obras e investimentos muito centrados na infraestruturação do território, designadamente na área

do saneamento e na qualificação da rede viária. Este tipo de investimento vai ter de continuar porque o ambiente e a mobilidade urbana são compromissos assumidos com as populações e com o futuro. E serão sobretudo as freguesias de Azeitão e Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra que continuarão a merecer maior atenção municipal para este tipo de investimentos.

No primeiro caso porque a requalificação do centro histórico de Vila Nogueira é uma promessa que não está concluída, o mesmo acontecendo com a afirmação da nova centralidade urbana em Brejos de Azeitão. Quanto à freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra a maior preocupação continuará a centrar-se nas urbanizações Quinta da Amizade e Serralheira, heranças algo pesadas do passado.

Outra área de investimento que decerto merecerá maior atenção é a dos equipamentos sociais. Após os significativos investimentos nas escolas da responsabilidade do município a continuação do investimento nos equipamentos culturais e desportivos passarão a merecer maior prioridade.

Fazer mais Setúbal com a descentralização nas freguesias e com maior envolvimento das populações é um projeto que tem dado bons resultados e que por isso importa continuar.



O nosso tempo



Mariana Silva

Deputada do PEV
à Assembleia da
República

Um ano depois, dizemos que este já não é tempo de debater mais Estados de Emergência, mas sim o tempo de se olhar para o futuro!

Na Assembleia da República temos afirmado que este é o tempo de se encontrarem medidas preventivas e de as implementar para retomar a vida em segurança nas mais variadas áreas, na educação, no emprego, na cultura, no desporto, no turismo.

Para isso propusemos apoios especiais às PME's, aos trabalhadores da cultura ou a diminuição de alunos por turma.

É o tempo de, continuando atentos à situação epidemiológica, sem desvalorizar os riscos de uma doença estranha e ainda não dominada, avaliar a situação económica, social e de saúde dos portugueses.

Saber quais as suas necessidades, defender quem trabalha, reforçar os apoios às empresas para que possam continuar com as portas abertas, ou reabri-las, garantindo os postos de trabalho.

É tempo de conter os despedimentos em massa, realizados mesmo quando prevalece o Estado de Emergência.

É tempo do Governo português assumir o seu papel na presidência da União Europeia, enfrentando os poderosos interesses das farmacêuticas e exigindo-lhes o cumprimento dos contratos, e garantir, também no plano nacional, a compra de mais vacinas a outros fornecedores.

É tempo de se dar esperança aos portugueses garantindo a vacinação, contratando os enfermeiros necessários, garantindo a testagem em massa, prometida, mas que ainda não se deu por ela, procedendo ao rastreio e garantindo as condições de isolamento.

Este já deveria ser outro tempo.

O tempo em que cada um sabia como andar na rua para não criar riscos, sabia estar numa sala de espetáculo, num estabelecimento comercial, num transporte público, num local de trabalho, num espaço desportivo, num evento ao ar livre, numa cerimónia religiosa, como provaram que é possível aqueles que resistiram e não se resignaram.



Mas este é principalmente o tempo de cada um saber que pode lá estar, porque estão criadas as condições para isso.

Que pode andar nos transportes públicos, porque se multiplicou a oferta. Que pode estar descansado no seu emprego, porque as entidades competentes têm meios para fiscalizar o cumprimento das regras. Que pode ir ao Centro de Saúde porque vai ser atendido em segurança.

Foi isso que questionámos, reclamámos e propusemos ao longo deste tempo.

Este é o tempo de abrir horizontes aos jovens, de os fazer sair das conchas para onde foram empurrados, com todas as consequências, particularmente na sua saúde mental, e de permitir que socializem, troquem afectos e cresçam.

É tempo de se olhar para o futuro com esperança, com segurança e sobretudo é tempo de se fazer frente a muitos problemas que ficaram expostos, reforçar os serviços

públicos, investir na educação, apostar na cultura, reforçar o SNS.

Mas é também o tempo de mudar de paradigma. É tempo de voltar aos desígnios para que nos convoca a Constituição da República Portuguesa, que cumpre 45 anos e, por isso, é dar cumprimento ao artigo 66.º que garante a todos o “direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”.

É nesse sentido que conseguimos a aprovação, na generalidade, da proibição do uso de pombos em provas de tiro desportivo e nos encontramos empenhados no debate sobre uma Lei de Bases do Clima, com uma iniciativa própria.

Assim damos continuidade, mesmo neste tempo, à nossa luta de sempre, que ontem se chamava contra o aquecimento global e hoje contra as alterações climáticas.

Este é o nosso tempo.

Curtas Notícias

Destaques da Atividade Ecologista



Na senda da sustentabilidade Os Verdes propõem a redução de resíduos



O PEV entende que o Governo tem um papel determinante no incentivo à responsabilidade ambiental e à adoção de mudanças positivas nos padrões de consumo individual, estimulando a produção e consumo de artigos mais eficientes e sustentáveis, dando passos concretos para a redução do consumo e descarte de itens de utilização única.

Com vista a apoiar mudanças positivas que contribuam para a sustentabilidade e responsabilidade social e ambiental, com reflexo direto na redução de resíduos depositados em aterro ou que têm como fim a incineração, Os Verdes viram **Aprovado o seu Projeto de Resolução** que recomenda a realização de um estudo sobre a viabilidade da instalação em Portugal de unidades de reciclagem destinadas a artigos como fraldas descartáveis e outros artigos de higiene equiparados, atendendo à disponibilidade no mercado de soluções tecnológicas inovadoras e sustentáveis; promova ações de sensibilização junto de instituições que prestem apoio e cuidados à primeira infância, como hospitais pediátricos e maternidades, IPSS e creches, no sentido de promover as vantagens ambientais, económicas e ao nível da saúde decorrentes da opção por estes materiais; dote as referidas instituições de condições para

a respetiva deposição e armazenamento de resíduos e desenvolva projetos em maternidades com vista ao fornecimento de kit de oferta de fralda reutilizável acompanhada com folheto informativo sobre as vantagens da sua utilização e conselhos práticos para a eficiência energética da sua lavagem e secagem tendo em vista preocupações ambientais e por fim crie incentivos fiscais para a aquisição destes materiais reutilizáveis. .

Os Verdes reforçam o caminho do Bem-Estar Animal. Fim do tiro desportivo ao pombo



O Partido Ecologista Os Verdes congratula-se pela aprovação do seu Projeto de Lei que determina a **proibição da utilização de animais vivos para a prática do tiro desportivo com arma de caça, comumente designado de tiro ao voo ou tiro ao pombo**, mesmo que estes animais tenham sido criados para o efeito, nomeadamente espécimes de *Columba livia*, ainda que na sua forma doméstica, ou outras aves.

Apesar dos avanços legislativos verificados em matéria de proteção animal em Portugal, nos últimos anos, persistem ainda estas **práticas desportivas anacrónicas** que têm sido muito contestadas e até consideradas inaceitáveis pela generalidade da população portuguesa, sob o ponto de vista do bem-estar animal.

Uma dessas práticas é designada por **“tiro aos pombos”**, sendo que já existem atualmente alternativas à utilização de animais vivos neste tipo de modalidade desportiva, como se pode ler na Página oficial do Comité Olímpico de Portugal: “Já lá vai o tempo em que o tiro com armas de caça fazia vítimas e as mais inocentes os pombos, que foram substituídos por pratos de composição cerâmica. Um lançador de pratos desfere estes OVDIs (objetos voadores devidamente identificados) à velocidade de 180 km/h, desafiando a perícia de atiradores colocados à distância de 70 metros (trap) ou de 20 metros (skeet)”.

Esperamos que com a nova legislação agora aprovada deixemos de assistir a um conjunto de práticas, que não faz sentido que nos dias de hoje se organizem, como provas desportivas de tiro com arma de caça com animais vivos, como aconteceu em Guimarães e em Pevidém em 2019, em campeonatos internacionais. As componentes de formação e promoção do bem-estar individual e da saúde associadas a práticas desportivas não são conciliáveis com o desenvolvimento de práticas que colocam em causa o bem-estar animal!!

Os Verdes propuseram a criação dos instrumentos de gestão do arvoredo em meio urbano



O arvoredo urbano tem inúmeras vantagens, entre as quais se destacam o contributo para o combate à poluição atmosférica (com funções de sumidouros de carbono e filtros de emissões contaminantes), regulação climática (com funções de amenização e de economia

energética), combate à poluição sonora (com função de barreira acústica, se dispostas em cortina), fomento da biodiversidade (com função de contínuo verde capaz de oferecer abrigo e alimento a várias espécies), combate às alterações climáticas (com função de medida de mitigação e também de adaptação), melhoria da paisagem (com função de quebra do contínuo de betão), de promoção do lazer (que pode ser diversificada, aproveitando a sombra das árvores). Em suma, o arvoredo urbano tem um papel bastante relevante no equilíbrio e no restauro ecológico,

Por tudo isto o PEV tem agido no sentido de alertar para a importância de que o espaço cidade seja também ele fomentador da biodiversidade, através da garantia de estruturas verdes contínuas, que não passam apenas pelos parques urbanos, mas também por um sem número de outras soluções que podem contribuir, de modo muito positivo, para gerar mais biodiversidade e para garantir funções ecossistémicas relevantes como a regulação do clima, a regulação de cheias, entre tantos outros.

Os Verdes têm feito propostas concernentes, por exemplo, às coberturas verdes dos edifícios e também ao fomento da componente arbórea dentro das zonas urbanas.

Recentemente, o PEV apresentou um Projeto de Lei em que propõe que o Governo crie uma Estratégia Nacional de Proteção e Fomento do Arvoredo em Meio Urbano, que contenha um Manual de Boas Práticas da gestão do arvoredo em meio urbano, e que todos os Municípios, por seu turno, sejam dotados de um Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano, dando direito de participação aos cidadãos na elaboração destes instrumentos e de fiscalização política à Assembleia da República e às Assembleias Municipais (estas, ainda, com o poder de aprovação do instrumento municipal). Haja vontade política para que tal aconteça!

Última Página

O Grande desafio dos Ecologistas será fazer da 15ª Convenção o grande momento político impulsionador das respostas verdes para a Emergência Ecologista que está hoje colocada no nosso dia a dia, nas nossas comunidades, regiões e ao Planeta.

Temos atravessado uma sucessão de declarações de Estado de Emergência que nos condicionam as vidas, bloqueiam ainda mais as respostas económicas e sociais de que o nosso país precisa. E, no entanto, a maioria das medidas que têm sido adotadas não necessitam da referida declaração e o que verdadeiramente tarda são respostas estruturadas e resilientes à pandemia.

Os Verdes desde o início têm-se oposto à declaração do estado de emergência, que dá uma falsa ideia de que é a solução para assegurar a salvaguarda da população quando na realidade o Governo abstém-se de fortalecer o Serviço Nacional de Saúde, eixo fundamental no ataque à Covid-19, reforçando a contratação de técnicos, enfermeiros e auxiliares de saúde, com condições condignas e salários justos assim como criar condições para fixar médicos onde eles mais fazem falta. Da mesma forma ter condições escolares

para aumentar o número de professores, de auxiliares de forma a reduzir o número de alunos por turma e permitir um melhor acompanhamento nos intervalos ou momentos extra aula. A oferta de transportes públicos é outro vetor essencial, permitir o espaço entre pessoas, higienização e frequência adequada às necessidades e que evite o uso maciço do automóvel, como se está a sentir neste momento com o regresso às aulas presenciais e ao trabalho presencial, as pessoas estão a usar massivamente o automóvel com os prejuízos sociais e ambientais que isso causa.

Este ano de 15ª Convenção do PEV é também o ano em que se realizam eleições autárquicas e em que Os Verdes, dando corpo à CDU, a 3ª força política com maior expressão ao nível autárquico, apelam a que todos os ecologistas participem e se envolvam na campanha da CDU contribuindo para o esclarecimento, para um futuro de confiança com Trabalho, Honestidade e Competência, marcas inconfundíveis e incontestáveis da CDU!



www.osverdes.pt

CONTACTOS DE OS VERDES • Sede Nacional: Av. D. Carlos I, nº 146, 1º Dir. · 1200-651 Lisboa · Tel.: 213 960 291 · E-mail: pev@osverdes.pt · **Grupo Parlamentar Os Verdes:** Palácio de S. Bento · 1249-068 Lisboa · Tel.: 213 919 203 · Fax: 213 917 424 · E-mail: pev.correio@pev.parlamento.pt · **Assembleia Municipal de Lisboa, Grupo Municipal Os Verdes:** Av. de Roma, n.º 14 P - 3º · 1000-265 Lisboa · Tel.: 218 170 426 · E-mail: aml.osverdes@am-lisboa.pt · Site: <http://pev.am-lisboa.pt> · **Porto:** Rua Passos Manuel, n.º 71, Sobreloja Dir. · 4000-384 Porto · Tel.: 223 281 837 · E-mail: osverdesnorte@gmail.com · **Beja:** osverdesbeja@gmail.com · **Norte:** osverdesnorte@gmail.com · **Centro:** osverdescentro@gmail.com · **Faro:** osverdesnoalgarve@sapo.pt · **Madeira:** pevmadeira@gmail.com · **Santarém:** Rua Nuno Velho Pereira, n.º 8 - 1º Esq. · 2000 Santarém · Tel: 243 324 000 · E-mail: verdesribatejo@gmail.com · **Setúbal:** verdesetubal@gmail.com · **Viseu:** osverdesviseu@gmail.com

Ficha Técnica

Edição e Propriedade
Partido Ecologista Os Verdes
Av. D. Carlos I, nº 146, 1º Dir.
1200-651 Lisboa

Design Gráfico
Bajanca Design
Telf.: 915 337 755
bajanca.design@gmail.com

Depósito Legal: N.º 146744/00
ISSN: 0874-0011
Número de Exemplares: 10.000

BLOGUES • Os Verdes nos Açores · <http://osverdesacores.blogspot.com> • Os Verdes - Centro · <http://osverdescentro.blogspot.com> • Os Verdes em Lisboa · <http://osverdesemlisboa.blogspot.com> • Os Verdes Madeira · <http://osverdesmadeira.blogspot.com> • Os Verdes Norte · <http://osverdesnorte.blogspot.com> • Os Verdes no Ribatejo · <http://osverdesnoribatejo.blogspot.pt> • Os Verdes Setúbal · <http://osverdesemsetubal.blogspot.com> • Os Verdes ao Sul · <http://osverdesaosul.blogspot.com> • Ecojovem - Os Verdes · <http://ecojovem.blogspot.com>